

1. Informações sobre a Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas da Mangels Industrial S.A. (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 19 de março de 2013.

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Verbo Divino, 1.488 – 6º andar – São Paulo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia completou o “Plano de Reorganização das Sociedades Controladas” iniciado no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminação Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda. para a própria Mangels Industrial S.A. Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas.

Em 3 de setembro de 2012, a Mangels alienou o negócio de Galvanização para a empresa Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica. O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial, entre outros, e também fabricava defensas metálicas para rodovias e pisos industriais.

Em 10 de dezembro de 2012, a Companhia decidiu descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP. Também, o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG foi descontinuado.

A descontinuidade dessas atividades teve como principal objetivo eliminar margens e despesas relacionadas que contribuíam negativamente com as operações.

Maiores detalhes sobre essas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

Adicionalmente, a Companhia continua em busca de oportunidades de otimização e melhoria de sua estrutura financeira. Assim, mesmo tendo encerrado o exercício com disponibilidades de R\$195,5milhões, montante suficiente para fazer frente as necessidades de curto prazo, o Conselho de Administração aprovou a renegociação da dívida a vencer com seus credores financeiros, conforme fato relevante divulgado em 8 de março de 2013. A busca por capitalização também é parte integrante da estratégia da

melhoria da estrutura financeira. A estimativa é de que até o final do 1º semestre todas as negociações estejam concluídas.

Todas essas ações, tanto operacionais quanto financeiras visam à recuperação da rentabilidade da Companhia com o objetivo de permitir a melhoria de sua posição financeira e patrimonial no médio prazo, mediante corte de custos, alienação de ativos e utilização dos recursos assim obtidos para redução do endividamento financeiro, permitindo que seja dado maior foco aos negócios que agregam valor para a companhia e consequentemente aos acionistas.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas para a determinação das estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros a valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor justo das propriedades para alienação, as estimativas ao valor em uso dos terrenos e edificações, análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de maneira consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Para permitir melhor comparabilidade de saldos e em atendimento ao CPC 32, o imposto de renda diferido passivo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 16.613, foi reclassificado para o ativo, sendo apresentado de forma líquida na rubrica de imposto de renda diferido ativo.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

		Participação no Capital Social - %	
		31/12/2012 e 31/12/2011	
	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuíveis à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3. Ativos não circulante mantidos para venda e operações descontinuadas.

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Na demonstração consolidado do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucro após impostos, mesmo quando a Controladora detiver participação não controlada após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. As atividades das entidades no exterior são executadas como extensão da controladora, logo a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, consequentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas do Grupo

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços.

2.5. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Impostos

Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias

usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente do patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 24.

2.8. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora. O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições.

Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.9. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outros recebíveis, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados em seu reconhecimento inicial pelos valores justos, no resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelos seus valores justos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo.

Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos (concedidos) e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo, expirarem, ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

(b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado

do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimento em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(c) Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Passivos a valor justo por meio do resultado, incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado.

Passivos financeiros classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização

de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e débitos com empresas ligadas, e ganhos ou perdas não realizadas em operações com derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota Explicativa 6.

2.10. Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em, que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do Instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.12. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável se forem o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

As taxas praticadas pela Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no

nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 13:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Ágio com expectativa de rentabilidade futura
Vida Útil	Definida	Definida	Indefinida
Método de Amortização Utilizado	Linear	Linear	N/A

2.14. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas: custo de aquisição apurado de acordo com o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando estes não apresentarem previsibilidade de uso ou venda nos próximos 180 dias.

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito ao final de cada exercício ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.17. Provisões

Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Obrigação por desativação de ativos: A provisão para custos de desativação de ativos surgiu quando a Companhia decidiu descontinuar os negócios de Aços e de Estamparia para montadoras (Nota Explicativa 25). Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto

corrente que reflete os riscos respectivos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto será contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos serão revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou reduzidas ao custo do ativo.

Provisões para riscos e discussões judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Imposto de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduce a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio de venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) – Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita a hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros – Divulgação – Exigências Maiores para Divulgação de Desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não reconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

2.19. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).

As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012, e serão aplicados na demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorização e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IASB 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para

investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

▪ IAS 32 – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2014.

▪ IFRS 1 – Empréstimo do Governo – Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação for necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à de mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

▪ IFRS 7 – Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos às compensações e acordos relacionados (por exemplo, acordo de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensações sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensado de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.

▪ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IAS referente à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data efetiva da IFRS 9 e Divulgação para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015.

Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A

Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de Janeiro de 2013.

- IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31- *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

- IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

- IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

2.20. Melhorias Anuais – maio de 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

- IFRS 1- Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

- IAS 1- Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

- IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

- IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.

- IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Operações descontinuadas

Em 3 de setembro de 2012, a Mangels alienou negócio de Galvanização para a empresa Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica.

A Companhia decidiu também descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2012.

Adicionalmente o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG, foi descontinuado a partir de 31 de dezembro de 2012.

Assim, todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamparia para montadoras, foi classificado como disponível para venda.

A Companhia considerou que a descontinuidade dos negócios satisfizeram os critérios para ser classificada como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Companhia tem plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido proposta vinculante para parte dos equipamentos.
- A Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda de todos os ativos concluída até meados de 2014.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 14.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e bases negativas a compensar em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 121.055 (em 31 de dezembro de 2011 era de R\$63.800), no seu balanço consolidado. Esses prejuízos se referem ao histórico de prejuízos da controladora e de suas controladas, estas não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos no montante de R\$ 49.612 e aplicou os conceitos de ajuste a

valor presente das projeções da Companhia. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota Explicativa 24.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Custos de Desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a ser capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$ 547.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Investimento em controladas

A Companhia tem participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	2012			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	39.218	22.498	1.601	
Ativo Não Circulante	13.105	121	1.261	
Ativo	52.323	22.619	2.862	77.804
Passivo Circulante	8.485	104	970	
Passivo Não Circulante	9.805	-	-	
Passivo	18.290	104	970	19.364
Patrimônio Líquido	34.033	22.515	1.892	58.440
Resultado Líquido do período findo em 31/12/2012	9.167	(974)	496	8.690
	2011			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	35.158	21.536	1.267	
Ativo Não Circulante	14.418	-	1.297	
Ativo	49.576	21.536	2.564	73.676
Passivo Circulante	13.585	16	1.168	
Passivo Não Circulante	11.126	-	-	
Passivo	24.711	16	1.168	25.894
Patrimônio Líquido	24.866	21.520	1.396	47.782
Resultado Líquido do período findo em 31/12/2011	12.262	201	333	12.796

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31/12/2012.

				2012	
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	34.033	9.167
Mangels International Corporation	20	100,00	-	22.515	(974)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	1.892	496

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31/12/2011.

				2011	
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	24.866	12.262
Mangels International Corporation	20	100,00	-	21.520	201
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	1.396	333

a) Movimentação dos investimentos

	Mangels			Controladora
	Componentes da Amazonia Ltda.	E.Koga Ltda.	International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.866	1.396	21.520	47.782
Equivalência patrimonial	9.167	496	(969)	8.694
Variação cambial sobre investimentos	-	-	1.964	1.964
Saldo em 31 de dezembro de 2012	34.033	1.892	22.515	58.440

5. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalada em Manaus (AM), esta empresa é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura e montadoras.

A Companhia produzia tiras relaminadas de aço de baixo, médio e alto teor de carbono para diversas aplicações e possuía um Centro de Serviços de Aços (CSA), prestando serviço de decapagem, aplainamento e corte na fábrica localizada em São Bernardo do Campo (SP).

Possuía também, uma fábrica de tratamento de defensas metálicas para rodovias, produção de pisos industriais, e oferecia serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço.

O negócio de Galvanização foi alienado em 03 de Setembro de 2012, e a fábrica de São Bernardo do Campo (SP) será descontinuada no primeiro semestre de 2013, conforme demonstrado na Nota Explicativa 25.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de Dezembro de 2012 está apresentado a seguir:

							2012
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros	Aços - Operação Descontinuada	Galvanização - Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	12.919	67.770	163.040	265.768	167.502	0	676.999
							2011
	Aços - Manaus	Cilindros	Rodas	Outros	Aços	Galvanização	Total
Ativos por segmento	49.576	135.759	164.689	261.448	188.605	18.155	818.232

Unidade Aços - Manaus

	2012	2011	Variação
Receita Bruta	74.274	77.147	-3,7%
Receita Líquida	71.470	75.068	-4,8%
<i>Mercado Interno</i>	71.470	75.068	-4,8%
CPV	(52.132)	(57.333)	-9,1%
Lucro Bruto	19.338	17.735	9,0%
<i>Margem Bruta</i>	27,1%	23,6%	-3.4p.p.

(*) os valores apresentados neste quadro referem-se ao resultado do eixo V da unidade de Aços somado ao resultado da unidade de Manaus.

Unidade Rodas

	2012	2011	Variação
Receita Bruta	344.436	317.987	8,3%
Receita Líquida	266.827	249.306	7,0%
<i>Mercado Interno</i>	242.494	223.993	8,3%
<i>Mercado Externo</i>	24.333	25.313	-3,9%
CPV	(234.377)	(210.612)	11,3%
Lucro Bruto	32.450	38.693	-16,1%
<i>Margem Bruta</i>	12,2%	15,5%	-3,4p.p.

Unidade Cilindros

	2012	2011	Variação
Receita Bruta	177.804	198.492	-10,4%
Receita Líquida	136.022	151.711	-10,3%
<i>Mercado Interno</i>	131.674	149.861	-12,1%
<i>Mercado Externo</i>	4.348	1.850	135,0%
CPV	(114.842)	(124.529)	-7,8%
Lucro Bruto	21.180	27.182	-22,1%
<i>Margem Bruta</i>	15,6%	17,9%	-2,3p.p.

Informações Geográficas:

Receitas de clientes no exterior

Operações continuadas

				Consolidado
	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS	2012 TOTAL
Receita Líquida	71.470	266.827	136.022	474.319
Mercado Interno	71.470	242.494	131.674	445.638
Mercado Externo	-	24.333	4.348	28.681
América do Norte	-	8	-	8
América do Sul e Central	-	24.325	4.348	28.673

				Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	2011 TOTAL
Receita Líquida	75.068	249.306	151.711	476.085
Mercado Interno	75.068	223.993	149.861	448.922
Mercado Externo	-	25.313	1.850	27.163
América do Sul e Central	-	25.313	1.850	27.163

6. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	171.375	148.808	171.375	148.808
Títulos e valores mobiliários	24.142	60.990	24.142	60.990
Contas a receber de clientes	54.041	99.114	54.041	99.114
Tributos a recuperar	34.393	41.722	34.393	41.722
Total:	283.951	350.634	283.951	350.634
Passivos financeiros				
Fornecedores	78.753	91.706	78.753	91.706
Empréstimos e financiamentos *	465.398	429.411	474.427	438.664
Debêntures *	-	54.321	-	55.249
Tributos a recolher	9.628	10.558	9.628	10.558
Total:	553.779	585.996	562.808	596.177

* As diferenças entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação que serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- *Derivativos:* são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	171.375	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	24.142	X	-	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	474.427	-	X	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração e também por profissionais externos.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbe negociações especulativas e vendas a descoberto.

(i) *Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(ii) *Risco de liquidez:* É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(iii) *Riscos de mercado:*

- Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

- Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desta forma, a política de gestão de riscos e caixa da Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de minimizar essa exposição cambial, considerando um horizonte de 12 meses.

A utilização de instrumentos financeiros mitiga a exposição cambial e obedecem as seguintes regras:

- Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;
- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser protegido.

A Companhia entende também, que por meio da contratação de dívidas em moeda estrangeira está exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras. Portanto, a Companhia persegue a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes também por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes considera que todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais. A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com *rating* superior a AA-.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competência			
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	2012	2011	2012	2011
Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	23.170	31.719	47.348	52.804
Clientes	1.834	2.140	3.747	4.015
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	12.000	41.500	24.522	77.846
	<u>37.004</u>	<u>75.359</u>	<u>75.617</u>	<u>134.665</u>
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (ii)	114.382	168.075	233.740	315.275
Fornecedores	230	677	469	1.269
	<u>114.612</u>	<u>168.752</u>	<u>234.209</u>	<u>316.544</u>
Exposição líquida	<u>(77.608)</u>	<u>(93.393)</u>	<u>(158.592)</u>	<u>(181.879)</u>

(i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 7 e 8.

(ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$ 137.780 (R\$166.027 em 31 de Dezembro de 2011).

d) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesa financeira".

- Contratos de *swap*: São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação.

- Dólar futuro: Instrumento utilizado para proteção *hedge* das obrigações expostas em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

		2012	2011
Valor Justo		Passivos	
Swaps	(1)	8.590	3.886
Compra de dólar futuro - (Nota Explicativa 7)	(2)	-	3.948

(1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas informações intermediárias líquidos do saldo de Capital de Giro.

(2) O valor nominal da compra de dólar futuro é de US\$12,000 em 31 de Dezembro de 2012 (US\$41,500 em 31 de dezembro de 2011).

No período findo em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia reconheceu na rubrica de "Receitas financeiras" um ganho de R\$ 758, relacionados aos contratos de hedge cambial (R\$ 2.839 de ganho em 31 de Dezembro de 2011).

As operações de derivativos da Companhia na BM&F BOVESPA requerem margem inicial em garantia. Em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia não possuía depósitos relacionados a Títulos Públicos – LTN, em contra partida a 31 de Dezembro de 2011, cujo valor relacionado a Títulos Públicos era de R\$ 47.855.

Quando a Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&F Bovespa, considera o risco de contraparte como aceite.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,50800% a.a., Dólar R\$ 2,0435 e CDI 6,90% a.a.

		Consolidado		
		Varição		
PASSIVOS	Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	216.147	216.420	216.693
Dívida em US\$	aumento do US\$	233.740	292.175	350.610
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	165.377	168.046	170.714
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	156.766	154.236	151.707
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	24.142	23.752	23.363
Caixa e equivalentes de caixa	queda do US\$	47.348	35.511	23.674
Clientes	queda do US\$	3.747	2.810	1.874
Compra de US\$ futuro	queda do US\$	24.522	18.392	12.261

7. Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %			2012	2011	2012	2011
<i>Em moeda nacional</i>						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,60%	CDI	13.012	18.707	28.897	21.928
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	101,00%	CDI	-	-	3.067	-
Operações compromissadas	100,00%	CDI	23.820	32.925	26.112	42.933
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)						
CDB	100,60%	CDI	19.403	22.443	19.403	22.443
Fundo Investimento Renda Fixa		CDI	16.011	-	16.011	-
Operações compromissadas	100,00%	CDI	19.205	4.902	19.205	4.902
Outros	94,10%	CDI	-	303	-	303
Disponibilidade em conta-corrente			9.003	3.222	11.332	3.495
			100.454	82.502	124.027	96.004
<i>Em moeda estrangeira</i>						
Time Deposit	0,28%	CDI	22.894	26.827	44.071	41.075
Disponibilidade em conta corrente			2.826	4.892	3.277	11.729
			25.720	31.719	47.348	52.804
Total			126.174	114.221	171.375	148.808

8. Títulos e valores mobiliários

			Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %			2012	2011	2012	2011
<i>Em moeda nacional</i>						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,60%	CDI	17.898	-	17.898	1.341
Compromissadas	100,00%	CDI	6.244	-	6.244	-
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)						
Debêntures	0,25%	+ CDI	-	1.946	-	1.946
Títulos Públicos - LTN	100,00%	SELIC e pré fixada	-	47.855	-	47.855
BM&F		variável	-	3.948	-	3.948
Fundo Investimento Renda Fixa		variável	-	5.900	-	5.900
Total			24.142	59.649	24.142	60.990

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No Brasil	54.375	95.126	57.354	101.311
No Exterior	3.747	4.015	3.747	4.015
	58.122	99.141	61.101	105.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.037)	(6.169)	(7.060)	(6.212)
	51.085	92.972	54.041	99.114

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	43.491	72.996	45.644	77.383
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	4.082	14.304	4.628	15.130
de 31 a 60 dias	856	3.719	1.036	3.806
de 61 a 90 dias	775	921	784	1.061
de 91 a 180 dias	2.096	1.367	2.134	1.908
de 181 a 360 dias	1.480	1.188	1.522	1.455
mais de 360	5.342	4.646	5.353	4.583
	14.631	26.145	15.457	27.943
Total:	58.122	99.141	61.101	105.326

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(6.169)	(6.212)
Complemento de Provisão	(5.532)	(5.605)
Valores estornados e não utilizados	4.664	4.757
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(7.037)	(7.060)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	11.905	21.307	14.195	24.826
Produtos em processo	9.539	12.980	9.621	13.359
Matérias-primas	14.957	28.412	21.919	33.191
Materiais auxiliares	20.017	13.267	21.236	15.853
Provisão para perdas no estoque	(8.137)	(2.104)	(8.137)	(1.887)
	48.281	73.862	58.834	85.342

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(2.104)	(1.887)
Complemento de provisão	(8.436)	(8.767)
Provisão para perda de descontinuidade dos negócios de Aços	(6.515)	(6.515)
Provisão para perda de descontinuidade dos negócios da Estamparia (MG)	(734)	(734)
Valores utilizados	2.853	2.946
Valores estornados e não utilizados	6.799	6.820
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(8.137)	(8.137)

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	10.607	11.061	11.646	11.605
Crédito presumido de IPI	-	380	-	380
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.540	4.692	4.540	4.744
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.850	4.530	6.850	4.530
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.107	-	3.118	180
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	869	375	869	396
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	3.233	1.669	3.318	1.755
Programa de Integração Social - PIS (ii)	1.689	1.895	1.707	1.913
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	485	3.745	1.077	4.337
PIS e COFINS sobre insumos - CPV (iii)	1.098	10.787	1.098	10.787
Outros	159	1.086	170	1.095
	32.637	40.220	34.393	41.722
Circulante	27.257	33.186	29.013	34.688
Não circulante	5.380	7.034	5.380	7.034

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT N° 1º de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

(iii) A Companhia identificou créditos de PIS e COFINS sobre insumos contabilizados extemporaneamente em dezembro de 2011 em contrapartida a rubrica de Custo dos Produtos Vendidos, referente a créditos não tomados no período de setembro de 2006 a dezembro de 2011, no montante de R\$ 10.787 milhões.

12. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.905	39.658	190.190	1.663	2.432	118	53.155	309.121
Aquisição	-	-	82	327	-	-	13.270	13.679
Baixas	-	-	(7.103)	(462)	(1.063)	-	(2.173)	(10.801)
Baixas Depreciações	-	-	5.678	-	1.036	-	-	6.714
Transferência de andamento para imobilizado	-	11.360	30.407	282	702	-	(42.751)	-
Depreciação	-	(1.643)	(21.070)	(515)	(702)	-	-	(23.930)
Baixa Custo Venda Unidade de Galvanização	-	(3.464)	(4.944)	(61)	(558)	-	-	(9.027)
Baixa Depreciações Venda Unidade de Galvanização	-	698	2.315	38	380	-	-	3.431
Baixa Custo Transferencia Ativo Destinado a Venda Unidade Aços	(17.424)	(36.083)	(175.208)	-	-	-	-	(228.715)
Baixa Depreciação Transferencia Ativo Destinado a Venda Unidade Aços	-	12.299	95.761	-	-	-	-	108.060
Baixa Custo Transferencia Ativo Destinado a Venda Estamparia - MG	-	-	(5.170)	-	-	-	-	(5.170)
Baixa Depreciação Transferencia Ativo Destinado a Venda Estamparia - MG	-	-	2.566	-	-	-	-	2.566
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.481	22.825	113.504	1.272	2.227	118	21.501	165.928
Custo total	4.481	39.704	232.345	2.973	15.014	118	21.501	316.136
Depreciação acumulada	-	(16.879)	(118.841)	(1.701)	(12.787)	-	-	(150.208)
Valor residual	4.481	22.825	113.504	1.272	2.227	118	21.501	165.928
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.920	46.208	196.990	1.734	2.558	118	53.530	323.058
Aquisição	-	-	86	327	-	-	13.302	13.715
Baixas	-	-	(7.101)	(461)	(1.063)	-	(2.173)	(10.798)
Baixas Depreciações	-	-	5.678	-	1.036	-	-	6.714
Transferência de andamento para imobilizado	-	11.583	30.468	282	704	-	(43.037)	-
Depreciação	-	(1.881)	(21.958)	(534)	(724)	-	-	(25.097)
Baixa Custo Venda Unidade de Galvanização	-	(3.464)	(4.944)	(61)	(558)	-	-	(9.027)
Baixa Depreciações Venda Unidade de Galvanização	-	698	2.315	38	380	-	-	3.431
Baixa Custo Transferencia Ativo Destinado a Venda Unidade Aços	(17.424)	(36.083)	(175.208)	-	-	-	-	(228.715)
Baixa Depreciação Transferencia Ativo Destinado a Venda Unidade Aços	-	12.299	95.761	-	-	-	-	108.060
Baixa Custo Transferencia Ativo Destinado a Venda Estamparia - MG	-	-	(5.170)	-	-	-	-	(5.170)
Baixa Depreciação Transferencia Ativo Destinado a Venda Estamparia - MG	-	-	2.566	-	-	-	-	2.566
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.496	29.360	119.483	1.325	2.333	118	21.622	178.737
Custo total	4.496	47.246	242.022	3.064	15.195	118	21.622	333.763
Depreciação acumulada	-	(17.886)	(122.539)	(1.739)	(12.862)	-	-	(155.026)
Valor residual	4.496	29.360	119.483	1.325	2.333	118	21.622	178.737
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

O saldo do ativo imobilizado inclui reavaliações de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo líquido dos bens reavaliados é de R\$ 19.940 (R\$ 48.090 em 31 de dezembro de 2011), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$16.287(R\$ 30.837 em 31 de dezembro de 2011).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, R\$ 1.154 (R\$ 1.033 em 31 de Dezembro de 2011).

Os ativos do negócio de aço e de estamperia para montadora foram reclassificados para ativos destinados a venda devido à descontinuidade do negócio, no valor de R\$ 96.226, Nota Explicativa 25. A Companhia estornou o valor da parcela de reavaliação embutida nesses ativos e a respectiva provisão para impostos e contribuições nos valores de R\$17.671 e R\$172 respectivamente, conforme determina a Deliberação CVM nº 183 de 19 de Julho de 1995.

13. Intangível

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Controladora					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	464	2.655	121	13.598	16.838
Aquisição	688	547	-	-	1.235
Baixas	-	(11)	-	-	(11)
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(128)	(1.217)	(32)	-	(1.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.024	1.974	89	13.598	16.685
Custo Total	1.321	9.720	158	13.598	24.797
Amortização	(297)	(7.746)	(69)	-	(8.112)
Valor residual	1.024	1.974	89	13.598	16.685

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Consolidado					
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	464	2.661	121	13.598	16.844
Aquisição	689	546	-	-	1.235
Baixas	-	(11)	-	-	(11)
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(127)	(1.221)	(32)	-	(1.380)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.026	1.975	89	13.598	16.688
Custo Total	1.323	9.734	158	13.598	24.813
Amortização	(297)	(7.759)	(69)	-	(8.125)
Valor residual	1.026	1.975	89	13.598	16.688

14. Teste de perda por redução ao valor recuperável dos ativos e de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

a) Teste para “Impairment” do ágio

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a duas unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, como a seguir demonstrado:

Unidade geradora de caixa que presta serviço de requalificação e destroca de botijões

A Companhia realizou teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e considera, entre outros fatores, a projeção de resultados deste negócio para os próximos anos. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,94% considerando efeitos da inflação e 7,34% sem efeitos da inflação e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 8%, que é o PIB Industrial acrescido do IPCA projetado para o período. Como resultado dessa análise, a administração não identificou uma perda por desvalorização para essa unidade geradora de caixa, na qual um ágio de R\$ 10.958 mil está alocado.

b) Teste de “Impairment” do ativo imobilizado

Os estudos realizados contemplam três unidades de negócio diferentes que agregam os ativos necessários para a atividade operacional da Companhia. Estas unidades de negócio são: Unidade de Aços – Manaus, Unidade de Rodas e Unidade de Cilindros. Entende-se também que estas unidades de negócio são os conjuntos mínimos de ativos necessários para a geração de uma atividade operacional mensurável em termos de valor e caixa.

Utilizou-se o método de Fluxo de Caixa Descontado para o estudo, onde foram gerados valores presentes por unidade de negócio, e comparados aos valores de ativo imobilizado e intangível. Tais fluxos foram descontados pelo custo médio ponderado de capital (WACC, em inglês), que em 31 de dezembro de 2012 totalizou 11,94% considerando efeitos da inflação e 7,34% sem efeitos da inflação. Também foi considerado um valor pela perpetuidade dos fluxos.

O período de projeção foi 2013 até 2022, sendo que o primeiro ano representa o Orçamento de 2013 da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

As análises efetuadas não revelaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

15. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média anual de juros - % a.a.	2012	2011	2012	2011
Moeda Nacional					
BNDDES / Máquinas	4,54% a.a.	55.385	77.346	55.385	77.346
Capital de Giro (CEF / NCE BB/ ITAÚ)	126% do CDI	165.048	21.542	165.048	23.509
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	-	-	10.896	12.162
Arrendamento Mercantil	CDI + 0,28% a.m.	329	1.119	329	1.119
		220.762	100.007	231.658	114.136
Moeda Estrangeira					
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 4,60% a.a.	137.780	166.027	137.780	166.027
Capital de giro / Finimp	3,70% a.a.	17.303	56.314	17.593	59.157
DEG/FMO	Libor + 4,72% a.a.	78.367	90.091	78.367	90.091
		233.450	312.432	233.740	315.275
		454.212	412.439	465.398	429.411
Circulante		129.187	136.726	130.760	142.572
Não Circulante		325.025	275.713	334.638	286.839

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total é de R\$ 7.012 mil. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, BTG Pactual, Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A., a Companhia deve atender trimestralmente (para os contratos do DEG/FMO e BTG Pactual) e anualmente (para os contratos do Banco do Brasil e Banco Itaú S.A.), determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Basicamente, em razão do prejuízo apurado no negócio de Aços e pelo reconhecimento em seu resultado das despesas que incorrerão na descontinuidade do mesmo, projeções preliminares a 31 de dezembro de 2012 indicavam que a Companhia não atenderia a essas obrigações contratuais, o que facultaria aos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas. No entanto, a Companhia solicitou as instituições financeiras à eliminação dos indicadores financeiros e os credores concordaram, por meio de cartas formais anteriores a 31 de Dezembro de 2012.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	113.206	-	114.853
2014	136.158	69.627	137.557	70.850
2015	104.563	57.792	105.780	59.015
2016	78.361	32.083	79.578	33.306
2017	3.759	819	4.976	2.042
2018	849	850	2.066	2.073
2019	882	882	2.098	2.105
2020	453	454	1.670	1.677
2021	-	-	913	918
	325.025	275.713	334.638	286.839

16. Debêntures

	Controladora/ Consolidado		
	31/12/2011		
	Principal	Custos de Transação	Total
Principal	54.445	(928)	53.517
Juros	804	-	804
	55.249	(928)	54.321
Circulante	16.360	(278)	16.082
Não Circulante	38.889	(650)	38.239

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Séries: 70 (setenta) Debêntures, em série única. ; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra grupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de

18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Indústria e Comércio Ltda., até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

A Companhia em 28 de maio de 2012 optou pela liquidação antecipada da dívida de Debêntures, que na data da liquidação totalizava R\$ 54.444 mil.

17. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Depósitos judiciais		Controladora	
	Provisão para riscos e discussões			
	2012	2011	2012	2011
Tributárias	2.543	2.543	443	-
Trabalhistas e previdenciárias	3.592	3.299	7.282	1.252
Outras	1.432	1.488	2.566	2.566
	7.567	7.330	10.291	3.818

	Depósitos judiciais		Consolidado	
	Provisão para riscos e discussões			
	2012	2011	2012	2011
Tributárias	2.543	2.543	443	-
Trabalhistas e previdenciárias	3.601	3.715	7.473	1.252
Outras	1.621	1.111	2.566	2.566
	7.765	7.369	10.482	3.818

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.252	-	2.566	3.818
Adições	6.351	443	-	6.794
Baixas	(321)	-	-	(321)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.282	443	2.566	10.291

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.252	-	2.566	3.818
Adições	6.542	443	-	6.985
Baixas	(321)	-	-	(321)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.473	443	2.566	10.482

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- **Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- **Tributárias:** são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- **Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

(a) Tributárias

- PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,0milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

ii) ICMS – refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$ 7,3 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

iii) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,4 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

iv) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,1 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

v) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A empresa apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 979 mil, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(b) Previdenciárias

i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas -Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,2 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(c) Cíveis

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,7 milhões, atualizado até 31 de Dezembro de 2012.

(d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

18. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações nos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011:

Com empresas consolidadas	2012		
	Ativo	Passivo	Receitas
	Circulante	Circulante	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	-	-	13.146 (1)
	Não Circulante	Não Circulante	
E.Koga Ltda.	-	1.000 (2)	-
CONTROLADORA	-	1.000	13.146

Com empresas consolidadas	2011		
	Ativo	Passivo	Receitas
	Circulante	Circulante	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	926 (1)	636 (1)	15.407 (1)
E.Koga Ltda.	-	1.000 (2)	-
CONTROLADORA	926	1.636	15.407

(1) *Refere-se principalmente a operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A. para Mangels Componentes da Amazônia.*

(2) *Refere-se a dívidas com ex-sócios da E.Koga, Ltda. contabilizada na rubrica de "outros passivos".*

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 7.800 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012.

A remuneração paga durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	6.520	6.988
Planos de aposentadoria e pensão (i)	83	255
Outros benefícios	231	241
	<u>6.834</u>	<u>7.484</u>

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.8, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

2012						
Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES			3.129.000	28,07%	3.129.000	18,03%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,00%	1.928.800	17,30%	1.928.800	11,12%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	0,00%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,00%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	3.436.374	30,83%	3.441.086	19,83%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

2011						
Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A	6.197.018	99,92%	166	0,001%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,00%	2.260.000	20,27%	2.260.000	13,03%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,00%	1.983.000	17,79%	1.983.000	11,43%
BNDES PARTICIP S.A BNDESPAR	-	0,00%	1.972.168	17,69%	1.972.168	11,37%
JOSÉ ANTONIO BORTOLUZZO	-	0,00%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	3.732.574	33,48%	3.737.286	21,54%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

A Companhia estornou o valor da parcela de reavaliação embutida no ativo destinado a venda, líquido da provisão para impostos e contribuições no valor de R\$17.841, conforme determina a Deliberação CVM nº 183 de 19 de Julho de 1995.

20. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(7.732)	(13.900)	(21.632)
Proveniente das operações descontinuadas	(45.492)	(81.773)	(127.265)
Resultado atribuível aos acionistas	(53.224)	(95.673)	(148.897)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(1,24675)	(1,24687)	(1,24683)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(7,33537)	(7,33528)	(7,33531)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	41	75	116
Proveniente das operações descontinuadas	(11.695)	(21.022)	(32.717)
Resultado atribuível aos acionistas	(11.654)	(20.947)	(32.601)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	0,00661	0,00673	0,00669
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(1,88576)	(1,88573)	(1,88575)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

21. Outras receitas / despesas e ajustes

21.1. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de impostos (extemporâneos)	-	-	-	11.040
Receita de venda de ativos	4.737	-	4.737	7.196
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	2.034	2.754
Outras receitas	478	200	515	100
	5.215	200	7.286	21.090

21.2. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para perdas de processos trabalhistas	(999)	(1.079)	(1.034)	(1.079)
Provisão para processos contingenciais	(475)	-	(634)	-
Honorários advocatícios	-	(1.042)	-	(1.042)
Crédito Prêmio - IPI	-	(10.235)	-	(10.235)
Valor residual de venda de ativos	(39)	(56)	(39)	-
Outras despesas	(694)	(1.382)	(708)	(1.187)
	(2.207)	(12.412)	(2.415)	(12.357)

21.3. Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros sobre aplicações financeiras	10.217	8.607	11.529	20.227
Descontos Obtidos	158	259	158	373
Outras Receitas	1.802	2.837	2.075	816
	12.177	11.703	13.762	21.416

21.4. Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tarifas Bancárias	(963)	(1.349)	(985)	(1.026)
Juros sobre empréstimos	(33.859)	(14.515)	(38.015)	(39.986)
Juros Passivos	(7.088)	(166)	(7.295)	(1.136)
Outras Despesas	(5.910)	(2.681)	(6.918)	(3.693)
	(47.820)	(18.711)	(53.213)	(45.841)

21.5. Depreciação, amortização, variações cambiais e custos de estoques incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Incluído no custo de vendas:				
Depreciação	(22.052)	(4.870)	(23.502)	(21.238)
Perda por redução ao valor recuperável do estoque	(7.249)	-	(7.249)	-
Amortização e perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(1.377)	(241)	(1.380)	(1.391)
Incluído em despesas administrativas:				
Depreciação	(1.878)	(850)	(1.595)	(2.261)
	<u>(32.556)</u>	<u>(5.961)</u>	<u>(33.726)</u>	<u>(24.890)</u>

21.6. Despesas com benefícios a funcionários

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ordenados e salários	(68.034)	(13.684)	(69.650)	(66.216)
Custos de previdência social	(17.759)	(4.600)	(18.239)	(22.254)
Custos relacionados a aposentadoria (PIM)	(472)	(53)	(477)	(594)
Assistência Médica e Odontológica	(8.626)	(2.089)	(8.828)	(9.729)
Transporte	(5.573)	(1.244)	(5.825)	(5.405)
Plano de Alimentação ao Trabalhador	(4.642)	(1.026)	(5.004)	(4.571)
Outros benefícios e encargos	(10.914)	(105)	(11.216)	(13.927)
	<u>(116.020)</u>	<u>(22.801)</u>	<u>(119.239)</u>	<u>(122.696)</u>

22. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matérias-primas consumidas	(307.017)	(96.507)	(350.716)	(405.940)
Outros custos	(127.606)	(21.566)	(118.754)	(131.656)
Outras despesas e receitas	(72.098)	(13.753)	(70.235)	(7.758)
Despesas com pessoal	(167.248)	(39.251)	(170.730)	(149.466)
Depreciação e Amortização	(25.402)	(5.974)	(26.948)	(25.360)
<u>Despesa por natureza</u>	<u>(699.371)</u>	<u>(177.051)</u>	<u>(737.383)</u>	<u>(720.180)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(363.975)	(44.187)	(401.351)	(392.488)
Com vendas	(12.595)	(1.432)	(13.265)	(15.101)
Gerais e administrativas	(29.121)	(4.543)	(30.950)	(27.094)
Outras despesas/ receitas operacionais	3.008	(11.481)	4.871	(6.493)
<u>Despesas por função - Operações Continuadas</u>	<u>(402.683)</u>	<u>(61.643)</u>	<u>(440.695)</u>	<u>(441.176)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(177.972)	(93.483)	(177.972)	(233.513)
Com vendas	(12.405)	(6.943)	(12.405)	(15.125)
Gerais e administrativas	(31.205)	(12.669)	(31.205)	(28.966)
Outras despesas/ receitas operacionais	(75.106)	(2.313)	(75.106)	(1.400)
<u>Despesas por função - Operações Descontinuadas</u>	<u>(296.688)</u>	<u>(115.408)</u>	<u>(296.688)</u>	<u>(279.004)</u>
<u>Despesas por função - Total</u>	<u>(699.371)</u>	<u>(177.051)</u>	<u>(737.383)</u>	<u>(720.180)</u>

23. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

Operações Continuadas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita Bruta	541.286	70.151	596.513	593.626
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(119.376)	(18.960)	(122.194)	(117.541)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	421.910	51.191	474.319	476.085

Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita Bruta	239.399	129.376	239.399	346.792
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(68.698)	(30.845)	(68.698)	(99.973)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	170.701	98.531	170.701	246.819

24. Impostos sobre resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(26.410)	(36.416)	(21.987)	(14.342)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas	(127.265)	(32.717)	(127.265)	(32.717)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(153.675)	(53.445)	(149.252)	(47.059)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(8.694)	(10.095)	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	(600)	-	(600)	-
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(162.969)	(63.540)	(149.852)	(47.059)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	55.409	21.604	50.950	16.000
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Despesas não dedutíveis	(1.466)	(252)	(1.466)	(1.560)
Ativo Diferido não Constituído	(49.612)	-	(49.612)	-
Outros	446	(508)	(1.021)	18
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(1)	(4.423)	(5.238)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.778	20.845	4.778	19.696
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	4.778	20.844	355	14.458
Alíquota efetiva	-2,93%	-32,80%	-0,24%	-30,72%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovadas, descontadas a valor presente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de Dezembro de 2012 era a seguinte:

Base Negativa Prejuízos Fiscais	121.055
Adições e baixas temporárias	113.312
Base de cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social	234.367
Imposto de renda e contribuição fiscal diferidos pela alíquota fiscal nominal de 34%	79.879
Imposto de renda e contribuição diferidos - reconhecidos	30.267
Imposto de renda e contribuição diferidos - não reconhecidos	49.612

O valor total dos impostos diferidos apurado para o exercício de 2012 somam R\$79.879. A Companhia elaborou projeções de gerações de resultados tributáveis para os próximos 10 anos, trazidos a valor presente, que demonstram que a expectativa de realização futura é de R\$30.267. Desta forma a Companhia deixou de reconhecer o valor de R\$49.612, por entender que as projeções para período acima de 10 anos são baseadas em premissas e estimativas não confiáveis.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos :

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	21.272	17.742	21.272	17.742
Contribuição diferida sobre base negativa	7.959	3.950	7.959	3.950
Diferenças temporárias				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	2.392	1.551	2.400	1.551
Provisões para contingências	3.499	1.298	3.564	1.298
Provisões de comissões sobre vendas	196	219	194	219
Provisões para PLR	188	746	203	746
Provisão para perdas em inventário	2.767	642	2.767	642
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	6.062	1.322	6.062	1.322
Outros	-	5.247	-	5.247
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	44.335	32.717	44.420	32.717
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(6.827)	(16.351)	(6.912)	(16.351)
Variação Cambial - Regime Competência	(6.509)		(6.676)	
Outros	(732)	(262)	(565)	(262)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(14.068)	(16.613)	(14.153)	(16.613)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	30.267	16.104	30.267	16.104

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
2012	-	662
2013	-	1.515
2014	3.683	2.083
2015	1.694	3.151
2016	2.052	3.422
2017	2.839	3.890
2018	2.099	1.381
2019	3.156	-
2020	3.753	-
2021	4.387	-
2022	4.503	-
2023	2.101	-
	30.267	16.104

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(ii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

Em 31 de dezembro de 2012 foi estornado o valor de R\$ 27.572 referente à parcela correspondente a reavaliação de ativos que estavam em operação e foram reclassificados para ativos destinados a venda.

b) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia tem utilizado as prerrogativas definidas no RTT desde o exercício findo em 31/12/2008.

c) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais,

no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

Em 31 de Dezembro de 2012, foram apurados e reconhecidos R\$ 2.034 relativo à redução de imposto de renda (R\$ 2.506 em 31 de Dezembro de 2011).

25. Operação descontinuada

A Companhia decidiu descontinuar diversos negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Abaixo segue demonstrados os resultados financeiros das operações descontinuadas:

a) Unidade Galvanização

Em 3 de setembro de 2012, a Companhia concluiu a alienação da Unidade de Galvanização à Armco Staco S/A. Indústria Metalúrgica.

O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças estruturadas de aço, para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial entre outros. Fabricava também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais

O resultado deste negócio é apresentado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita líquida de vendas e serviços	24.413	37.991
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(20.062)</u>	<u>(29.815)</u>
Lucro Bruto	4.351	8.176
Despesas operacionais	<u>(4.946)</u>	<u>(8.738)</u>
Resultado Operacional	<u>(595)</u>	<u>(562)</u>

Abaixo segue demonstrado os ativos e passivos do negócio descontinuado de galvanização

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	-	6.669
Estoques	-	2.199
Demais ativos	-	1.325
	<u>-</u>	<u>10.193</u>
Não Circulante		
Ativo imobilizado	-	5.186
Ativo intangível	-	-
Demais ativos	-	256
	<u>-</u>	<u>5.442</u>
Totais dos ativos	<u>-</u>	<u>15.635</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	-	1.326
Outros passivos	-	1.368
	<u>-</u>	<u>2.694</u>
Não Circulante		
Outros passivos	-	197
	<u>-</u>	<u>197</u>
Totais dos passivos	<u>-</u>	<u>2.891</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade deste negócio	<u>-</u>	<u>12.745</u>

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Galvanização são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Atividades operacionais	337	(4.261)
Atividades de investimentos	<u>(777)</u>	<u>(1.373)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>(440)</u>	<u>(5.634)</u>

Apresentamos a seguir o ganho de capital auferido na alienação desta unidade:

	<u>2012</u>
Valor da Venda	13.831
(-) Custo dos ativos liquidados baixados	<u>(9.206)</u>
(-) Ativo Imobilizado	(5.596)
(-) Estoques	(3.201)
(-) Demais Ativos e Passivos	<u>(409)</u>
(=) Ganho de Capital Bruto	4.625
(-) Despesas incorridas na operação de descontinuidade	<u>(1.511)</u>
(=) Ganho antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.114
(-) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(1.059)</u>
(=) Ganho de Capital Líquido	<u>2.055</u>

b) Unidade Aços – São Bernardo do Campo

Em 11 de dezembro de 2012, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração de descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aço, atividades essas desenvolvidas na Unidade de São Bernardo do Campo – São Paulo.

O negócio vem operando em ambiente competitivo acirrado e em segmentos altamente dependente do bom andamento da economia mundial e brasileira, o qual se manteve bastante imprevisível nos últimos anos. Assim, as perdas acumuladas decorrentes deste negócio inviabilizaram a sua continuidade bem como o crescimento e a lucratividade em outros negócios da Empresa.

Os ativos desses negócios estão colocados à venda e esses recursos têm como objetivo a redução da dívida da Companhia e melhora da rentabilidade dos demais negócios.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos deste negócio estavam classificados como grupo de ativos mantido para venda e como operação descontinuada.

A produção dos segmentos descontinuados encerrarão as atividades no 1º semestre de 2013 e a alienação total dos ativos está prevista para serem concluídos em 2014.

O resultado deste negócio é apresentado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita líquida de vendas e serviços	130.913	197.200
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(142.019)</u>	<u>(189.284)</u>
Lucro Bruto	(11.106)	7.916
Despesas operacionais	<u>(27.187)</u>	<u>(35.103)</u>
Resultado Operacional	(38.293)	(27.187)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo e demais custos de venda	(32.728)	-
Provisões para despesas relacionadas a descontinuidade do negócio	<u>(48.833)</u>	<u>-</u>
Resultado da operação descontinuada antes dos impostos	<u>(119.854)</u>	<u>(27.187)</u>
Receita tributária:		
Relacionada ao prejuízo antes do imposto	12.521	9.244
Relacionada ao cálculo a valor justo menos custo de venda	<u>24.225</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício da operação descontinuada	<u>(83.108)</u>	<u>(17.944)</u>

Conforme comentado na nota explicativa nº 3 sobre Impostos, em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia não reconheceu os impostos diferidos ativos decorrentes das provisões e perdas relacionadas à descontinuidade do negócio.

As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	14.778	21.796
Estoques	24.648	39.944
Demais ativos	4.503	9.771
	<u>43.930</u>	<u>71.511</u>
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	91.575	-
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(32.728)	-
Ativo imobilizado	1.842	126.960
Ativo intangível	743	167
Demais ativos	2.870	5.078
	<u>64.303</u>	<u>132.206</u>
Totais dos ativos	<u>108.233</u>	<u>203.717</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	31.867	27.570
Outros passivos	6.013	9.818
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	37.672	-
	<u>75.552</u>	<u>37.388</u>
Não Circulante		
Outros passivos	6.483	828
	<u>6.483</u>	<u>828</u>
Totais dos passivos	<u>82.035</u>	<u>38.216</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>26.198</u>	<u>165.501</u>

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Aços seguem demonstrados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa das operação descontinuada		
Atividades operacionais	(28.787)	43.385
Relacionada a atividades de descontinuidade do negócio	37.661	-
Atividades de investimentos	<u>(3.184)</u>	<u>(10.747)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>5.690</u>	<u>32.638</u>

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação dos ativos do negócio de aço com operação descontinuada, a Companhia estornou o valor da parcela de reavaliação embutida no ativo no valor de R\$ 26.773 e as respectivas reserva de reavaliação e provisão para impostos e contribuições no valor de R\$ 17.671, conforme determina a Deliberação CVM nº 183 de 19 de Julho de 1995.

Adicionalmente, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 32.728 para que o valor contábil dos ativos destinado à venda fosse reduzido ao valor justo menos os custos de venda. Foi obtida uma avaliação independente para determinar o valor justo no qual se basearam transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado.

c) Estamparia para montadoras – Três Corações – MG

Essa atividade era desenvolvida na Unidade de Cilindros. A exemplo do negócio de aços, as perdas acumuladas nos anos de 2012 e 2011 não permitiram a continuidade do negócio.

O resultado do exercício deste segmento é apresentado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita líquida de vendas e serviços	15.374	11.628
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(15.891)</u>	<u>(14.413)</u>
Lucro Bruto	(517)	(2.785)
Despesas operacionais	<u>(2.912)</u>	<u>(1.654)</u>
Resultado Operacional	(3.429)	(4.440)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custo de venda	(3.053)	-
Provisões para despesas relacionadas a descontinuidade do negócio	<u>(334)</u>	<u>-</u>
Resultado da operação descontinuada antes dos impostos	<u>(6.816)</u>	<u>(4.440)</u>
Receita tributária:		
Relacionada ao prejuízo antes do imposto	1.166	1.509
Relacionada ao cálculo a valor justo menos custo de venda	<u>1.152</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício da operação descontinuada	<u>(4.499)</u>	<u>(2.930)</u>

As principais classes de ativos e passivos da Estamparia – Montadora, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	3.366	2.457
Estoques	<u>1.992</u>	<u>1.944</u>
	5.358	4.402
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	4.651	-
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(2.319)	-
Ativo Imobilizado	<u>-</u>	<u>5.293</u>
	2.333	5.293
Totais dos ativos	<u>7.690</u>	<u>9.694</u>
Passivo		
Circulante		
Outros passivos	251	2.972
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade deste negócio	<u>334</u>	<u>-</u>
	585	2.972
Totais dos passivos	<u>585</u>	<u>2.972</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>7.106</u>	<u>6.722</u>

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pela Estamparia – Montadoras são:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Atividades operacionais	(4.602)	(5.050)
Atividades de investimentos	<u>(987)</u>	<u>(3.814)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>(5.589)</u>	<u>(8.864)</u>

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação dos ativos do negócio de estamperia como operação descontinuada, a Companhia estornou o valor da parcela de reavaliação embutida no ativo no valor de R\$ 259 e as respectivas reserva de reavaliação e provisão para impostos e contribuições no valor de R\$171, conforme determina a Deliberação CVM nº 183 de 19 de Julho de 1995.

Adicionalmente, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.318 para que o valor contábil dos ativos destinado à venda fosse reduzido ao valor justo menos os custos de venda. Foi obtida uma avaliação independente para determinar o valor justo no qual se basearam transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado.

26. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de Dezembro de 2012, havia em circulação no mercado, 4.712 ações ordinárias e 3.382.374 ações preferenciais representando 19,52% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 30,34% das ações preferenciais.